

AS ORIGENS DO DINHEIRO: ABORDAGEM ONTOGENÉTICA E ABORDAGEM HISTÓRICO-ESTRUTURAL

André Guimarães Augusto
Professor Adjunto do Departamento de Economia da UFF

INTRODUÇÃO

Como fenômeno quase onipresente nas sociedades mercantis o dinheiro tem papel central nas teorias econômicas. A questão da origem e natureza do dinheiro está presente na teoria econômica desde a obra de Adam Smith, desaparecendo posteriormente nos modelos dedutivos de equilíbrio geral. No final do século XIX e início do século XX, no entanto, a questão da natureza e das origens do dinheiro foi objeto de intensa investigação e debate. No início do século vinte surgem obras que tratam do assunto em diversas áreas do conhecimento, como “Staatliche Theorie des Gelds” (1905) de Georg Frederich Knapp; “Philosophie des Gelds” (1900) de George Simmel e o “Les Origines de la Notion de Monnaie” (1914) de Marcel Mauss.

O objetivo desse trabalho é apresentar uma apreciação crítica da explicação de Carl Menger para a origem do dinheiro. Primeiramente é apresentada a explicação de Menger para a origem do dinheiro, interpretada como uma abordagem ontogenética de acordo com a sugestão de GEOFFREY HODGSON (1993). Em seguida apontam-se os fundamentos metodológicos da origem do dinheiro em Menger, a partir das categorias da metafísica de Aristóteles. Em seguida apresenta-se sumariamente a abordagem histórico estrutural de Marx para a origem do dinheiro contrapondo-se esta à abordagem ontogenética de Menger.

Conclui-se que, em contraposição à abordagem histórico-estrutural, a abordagem ontogenética não é capaz de explicar a precedência do dinheiro em relação à sociedade mercantil e suas transformações qualitativas uma vez que está limitada a explicação das mudanças orgânicas na instituição monetária, pressuposta a sociedade mercantil.

A ORIGEM DO DINHEIRO EM CARL MENGER

Questionando porque os homens aceitariam bens de que não necessitam, Menger em seu artigo "On the Origins of Money" (1892), procura investigar as origens do

dinheiro¹. O autor procura descrever um processo evolutivo da economia humana no qual a instituição monetária emerge. Por esse motivo é preciso ir além do dinheiro e redesenhar a sua origem no quadro geral da evolução econômica proposta por Menger, cujos traços se encontram em seus "Princípios de Economia Política" (1987). Seguindo a sugestão de HODGSON (1993), a explicação de Menger para a evolução da economia será apresentada por meio de uma analogia com o desenvolvimento do organismo de um indivíduo, no que se denomina uma abordagem ontogenética.

No seu estágio inicial, que por analogia com o desenvolvimento de um organismo individual podemos designar como "estado fetal", a economia seria caracterizada por unidades familiares isoladas que produziriam para consumo próprio os bens de que necessitavam. Nesse estágio caracterizado pela auto-suficiência não há produção para a troca e somente os bens que atendem as necessidades imediatas dos indivíduos envolvidos na atividade econômica têm valor² (Menger,C., 1987, p.353 e 359).

No estágio seguinte, na "infância" da economia, começa a haver a troca. Menger não é muito claro quanto aos motivos da passagem do "estado fetal" para a "infância" do organismo econômico; duas indicações no entanto são apresentadas. A primeira delas é a passagem para um estágio mais desenvolvido na divisão do trabalho, no qual artesãos passam a oferecer serviços de produção sob encomenda (Menger,C., 1987, p.359). O segundo, mais subjetivo, se refere ao despertar na consciência dos indivíduos das vantagens da troca (Menger, C., 1987, p.353). Embora Menger não esclareça o que leva a esse despertar de consciência, a sua explicação para a passagem aos outros estágios de desenvolvimento do organismo econômico nos oferece a resposta para essa questão, conforme será desenvolvido mais adiante.

Mais importante para a compreensão da origem do dinheiro proposta por Menger é a natureza das trocas no estágio infantil do organismo econômico. Nesse estágio a demanda por bens se restringe àqueles que proporcionam satisfação imediata. Um indivíduo portanto só trocaria os bens que possuem para ele um valor de uso menor do que o valor de uso dos bens possuídos por outros indivíduos e desde que os bens apresentassem para esse indivíduo uma importância inversa. A infância do organismo econômico seria assim caracterizada pela troca direta de produtos.

¹Embora o texto originalmente se refira a "money" em diversos momentos Menger distingue o fenômeno do dinheiro da moeda cunhada, que é apenas uma forma daquele (Menger, 1997,p.377)

A troca direta de produtos, no entanto, traz conseqüências que impedem o pleno desenvolvimento do organismo econômico. Em primeiro lugar, a troca ficaria caracterizada como um monopólio bilateral; nessas condições os preços - a relação quantitativa de troca entre os bens - não refletem as condições econômicas gerais, isto é a relação entre o total de oferta e demanda de um bem (Menger, C. 1892). Por outro lado, o âmbito das trocas ficaria muito restrito dada a casualidade do encontro entre dois indivíduos com escalas de valores inversa.

Mas, segundo Menger (1987, p.374), a consciência crescente dos interesses econômicos dos indivíduos e a "natureza das coisas" se conjugam para permitir a passagem para um novo estágio de desenvolvimento do organismo econômico. A natureza das coisas a que Menger se refere consiste nos diferentes graus de vendabilidade das mercadorias. De acordo com o número de pessoas que desejam a mercadoria e a extensão e intensidade de seu desejo, o território dentro do qual são vendidas, a sua oferta em relação à demanda não atendida e os intervalos de tempo dentro do qual entram no mercado, as mercadorias podem ser postas no mercado aos preços correntes com maior ou menor facilidade (Menger, C.; 1987, pp.362-372, 1892, IV e V).

Ainda de acordo com Menger, (1892, VI), alguns indivíduos, por meio da reflexão e da experiência, percebem a diferença no grau de vendabilidade das mercadorias. Movidos pela consciência de seu interesse econômico esses indivíduos se dispõem a aceitar a mercadoria de maior vendabilidade - mesmo que disponham desta ou que a mesma não tenha uso imediato para eles - em troca de mercadoria que ofertam e dessa forma aumentam as chances de obterem as mercadorias que desejam. As mercadorias com alto grau de vendabilidade passam então a funcionar como meio de troca. O organismo econômico entra então em sua fase juvenil, a das trocas mediadas.

Menger, (1892, seção IV; 1987, pp.375-376) assevera que o sucesso dos indivíduos que se engajam na troca mediada faz como que esses mantenham essa prática ao longo do tempo, gerando um hábito. Esse hábito gera um processo de aprendizagem no qual os outros indivíduos reconhecem a forma mais eficaz de satisfazer seus desejos³ imitando o

² Nunca é demais lembrar que para Menger o valor é um conceito subjetivo, que se refere à forma como os indivíduos se relacionam com as coisas, um ato intencional como será apresentado na seção seguinte.

³ Prefere-se nesse trabalho o termo desejo ao termo interesse, dada a hipótese de um paralelismo entre a teoria econômica de Menger e os trabalhos do filósofo austríaco Franz Brentano, contemporâneo de Menger que o afasta da concepção de interesse da teoria neoclássica padrão. Segundo Smith, B. (1994), "Phenomena of interest arise when to the presentation of an object (...) there is added one of two diametrically opposed modes of relating to this object, which we might call *positive or negative interest* or also "love" and

modelo bem sucedido. A troca mediada se difunde e com isso a demanda pela mercadoria que funciona como meio de troca aumenta, levando assim ao incremento do seu grau de vendabilidade, gerando um processo de retroalimentação. Como resultado deste processo a mercadoria que funciona como meio de troca passa a ser aceita como tal de forma generalizada, tornado-se dinheiro. No momento em que as trocas mediadas se generalizam e o meio de troca se torna universalmente aceito, os preços passam a refletir as condições gerais de oferta e demanda e o monopólio bilateral das trocas diretas é substituído pela concorrência (Menger, C.; 1987, VII). O organismo econômico entra em sua fase adulta, a das trocas monetárias.

É na fase das trocas monetárias que o dinheiro vai apresentar o desenvolvimento de suas formas e funções. Uma vez estabelecida a instituição do dinheiro pela ação dos indivíduos, a regulação estatal irá aperfeiçoá-la; através da cunhagem, por exemplo, o Estado irá fornecer a garantia da composição e do peso das peças monetárias. Cabe assinalar que Menger (1892, IX; 1987, pp.377-378 e pp.388-397), embora reconhecendo a importância do Estado no aperfeiçoamento da instituição monetária, se opõe a teoria cartista do dinheiro que vê a origem deste na ação estatal.

A partir da emergência da moeda como meio de troca que se desenvolve sua função de unidade de conta. Dada a generalização das trocas monetárias, segundo Menger, (1987 pp.384-387) tornar-se-ia impossível ou muito difícil a avaliação bilateral dos preços de compra e venda, bem como da equivalência entre os bens para determinado indivíduo; assim o dinheiro assume, por motivos de praticidade, a função de unidade de conta.

Na seção seguinte procura-se identificar as características gerais da explicação de Menger para a origem da moeda apresentada nessa seção, bem como identificar a concepção de sociedade - ou a ontologia social - que a fundamenta.

FUNDAMENTOS E LIMITES DA ABORDAGEM ONTOGENÉTICA

"hate". The dichotomy in question is involved, according to Brentano in all mental acts and attitudes across the entire gamut of feeling, emotion and will." (p.43) "O fenômeno do interesse emerge quando à apresentação de um objeto (...) existe adicionada um ou dois modos diametralmente opostos de se relacionar a esse objeto, que podemos chamar de interesse positivo ou negativo, ou também" amor "e" ódio ". A dicotomia em questão está presente, de acordo como Brentano em todos os atos mentais e atitudes de toda gama de sentimentos, emoções e vontades" (p.43)

Na explicação de Menger para a origem do dinheiro ressaltam-se duas características. A primeira delas é a origem espontânea do dinheiro como resultado não intencional da interação entre os indivíduos em busca da satisfação de seus desejos. A segunda é a possibilidade de situar a origem do dinheiro no sentido da evolução geral da economia, qual seja, o conhecimento crescente por parte do conjunto dos indivíduos do nexo causal que liga os bens à satisfação dos seus desejos. Esses dois aspectos permitem explicitar as bases ontológicas sobre as quais se erguem os argumentos de Menger.

Segundo a interpretação de Smith, B. (1994) é possível encontrar uma base comum entre os trabalhos de Menger e do filósofo austríaco Franz Brentano. Nesse sentido é possível afirmar que o ponto de partida de Menger são os indivíduos caracterizados pela intencionalidade, embora o conceito não seja utilizado explicitamente por Menger. A intencionalidade pode ser definida como uma ação mental dirigida a um objeto (Smith, B. 1994, cap.2). A intencionalidade pode ter vários modos - a representação, o julgamento e o desejo; é sobre esse último modo de intencionalidade que a teoria de Menger se centra. Assim, a economia pode ser entendida como um estudo das ações dos indivíduos dirigidas aos objetos de seus desejos. Em segundo lugar é preciso esclarecer que o objeto não é apenas uma coisa material, mas sim aquilo a que a ação mental se dirige, o que inclui outros estados mentais dos indivíduos, acontecimentos e a ação e o estado mental de outros indivíduos (Smith, B. 1994, cap 2).

A intencionalidade aparece na definição de bens dada por Menger (1987). Os bens são definidos como coisas de que os homens podem dispor e nas quais reconhecem a capacidade de fazerem-lhes passar do estado de necessidade para o de satisfação. A qualificação de algo como bem resulta assim da intencionalidade e não da propriedade intrínseca das coisas. A definição de bens a partir da intencionalidade também permite a Menger incluir entre os bens as ações úteis de outros, isto é as ações que estabelecem o nexo causal entre o estado de necessidade e o de satisfação (Menger, 1987, p.245-246).

Levando adiante a inclusão das ações úteis no conceito de bens, pode-se perceber como são formados os vínculos que estabelecem a ordem social em Menger. O ponto de partida da criação dos vínculos é a busca de satisfação dos desejos por parte dos indivíduos; esse nexos da ação útil com a satisfação dos desejos pode ser estabelecido de forma direta por meio dos serviços e de uma série de outras ações úteis apontadas por Menger, dentre as quais a amizade e o amor (1987, p.246). Como as ações úteis são definidas por Menger

como sendo bens, podemos apreender as ações úteis que satisfazem necessidades de forma direta como bens de primeira ordem.

Segundo Menger (1987, p.247), nem todos os bens reais ou bens coisas tem umnexo causal direto com a satisfação dos desejos; alguns bens estabelecem um vínculo indireto com a satisfação dos desejos ao servirem para produzir os bens de primeira ordem. A analogia com as ações úteis pode ser então levada adiante para inclui-las nos bens de ordem superior. Uma referência a explicação de Menger para a gênese do dinheiro pode esclarecer melhor essa analogia: ao realizarem a troca intermediada alguns indivíduos realizam uma ação que não tem vínculo direto com a satisfação dos desejos de outros indivíduos que permanecem praticando a troca direta; entretanto essa ação se vincula indiretamente a satisfação dos desejos dos outros indivíduos ao mostrar-se um modelo de ação bem sucedido. Assim, se a troca intermediada pela moeda se torna uma regra social é porque esta permite indiretamente a passagem dos indivíduos do estado de necessidade para o de satisfação. Generalizando, pode-se dizer que regras, hábitos e costumes, são seguidos porque permitem indiretamente a satisfação dos desejos dos indivíduos, podendo ser designados como bens de ordem superior.

Os argumentos apontados acima permitem esclarecer a ontologia social presente na obra de Menger. A sociedade é constituída por indivíduos caracterizados pela intencionalidade. Trata-se portanto de um individualismo ontológico; deve-se esclarecer no entanto que ao incluir a ação dos outros como objeto da intencionalidade de cada indivíduo o individualismo de Menger não pode ser caracterizado como uma visão atomística do mundo, uma vez que o vínculo entre os indivíduos já está incluído na intencionalidade (Smith, B.; 1994, p.329). Mas se a sociedade para Menger não é a mera soma de indivíduos, ela também não tem existência como um conjunto unificado, um todo estruturado que é condição para a ação dos indivíduos e que seja compreensível em si mesmo.

Na ontologia de Menger o ser social é formado pela interseção - fazendo outra analogia matemática - entre as suas parte individuais. Mesmo aceitando que em Menger algo fora dos indivíduos tenha alguma efetividade através da existência de regras e instituições que condicionam a sua ação, sua constituição ontológica é dada pela interação entre os indivíduos; não há relações *sociais* objetivas, mas sim uma rede de relações intersubjetivas, na qual cada um é objeto para a satisfação dos desejos do outro. Mas, além

disso, os vínculos sociais são mantidos na medida em que são funcionais para o atendimento das necessidades dos indivíduos.

Um passo além na ontologia implícita na obra de Menger, a partir da interpretação de Franz Brentano das categorias ontológicas de Aristóteles (Smith, 1994, cap.3),⁴ permite precisar melhor a analogia com a ontogênese proposta em Hodgson (1993). A metafísica Aristotélica pode ser resumida em uma trinca de pares de categorias que procuram dar conta do Ser em sua continuidade e movimento⁵. O primeiro desses pares é constituído pela essência- acidente. A essência é o ser em si mesmo, aquilo que subsiste por si próprio, enquanto o acidente é um elemento subordinado do ser. A essência corresponde a substância (ousia) que é entendida por Aristóteles como a unidade de matéria, o que sobra se retirarmos todas as determinações do ser, e forma, o “isso” que a coisa é, a sua determinação. Esse par conceitual é concebido também na compreensão do movimento: a matéria indeterminada persiste às mudanças, mas é passível de receber várias formas. Assim, a substância ou a essência do ser é gerada e destruída e a cada momento existe em ato – como matéria que tem uma forma – e como potência – como matéria que pode receber uma forma diferente da efetiva⁶.

O ponto de partida para compreensão da analogia proposta consiste na concepção essencialista do ser presente na obra de Menger. Em termos categoriais, essa concepção afirma que elementos simples são essenciais na constituição do mundo. Esses elementos são universais: permanecem enquanto o mundo existir e portanto estão presentes em qualquer circunstância de tempo e local (Smith, B.; 1994, p.81. p.323).

Os elementos essenciais servem de suporte para as formas em que se apresentam. Mas essas formas são apenas extensões modais da essência; em outras palavras, a essência é uma coisa e a essência estendida com seus acidentes e formas permanece sendo a mesma coisa (Smith, B; 1994, pp.70-71). Assim, o ser, aquilo que a coisa é, se define pela essência entendida como a matéria aristotélica - e não como unidade de matéria e forma.

A concepção essencialista se compatibiliza com a ontologia individualista de Menger. Se a essência simples que constitui o mundo são os indivíduos caracterizados pela intencionalidade, as instituições sociais são meras extensões dessa essência. Por outro lado, a concepção ontogenética encontra seu fundamento ontológico: da mesma forma que a

⁴Smith, B. (1994, cap. 10) ressalta a importância do aristotelismo, base da escolástica, como fundamento do ensino austríaco, sendo a Áustria um país católico.

⁵Bernhardt, J. (1983) e Aristóteles (2004).

evolução de um organismo são extensões modais da sua constituição genética - a essência que constitui um organismo -, os diferentes estágios de evolução da economia que culminam com a instituição monetária são apenas a extensão no tempo das ações de indivíduos na busca de satisfação de seus desejos.

A ABORDAGEM HISTÓRICO-ESTRUTURAL DA GÊNESE DO DINHEIRO

Uma outra abordagem para a origem e natureza do dinheiro pode ser encontrada na obra de Marx. Essa abordagem será designada aqui como abordagem histórico-estrutural uma vez que compreende a gênese do dinheiro no quadro geral das transformações de relações sociais estruturadas. Nessa abordagem, o dinheiro é compreendido como uma relação social, isto é, como o vínculo entre produtores privados interdependentes devido à divisão do trabalho. Tal relação entre produtores privados constitui a forma como a produção social é organizada em uma sociedade mercantil. Assim, entender a gênese do dinheiro significa entender a gênese dessa relação⁷.

Na abordagem histórico estrutural de Marx a origem da troca é identificada no encontro casual de duas comunidades nas quais se produziu um eventual excedente ou ainda no encontro, também casual, entre uma comunidade nômade com excedente - fundamentalmente de gado - e uma comunidade fixada em algum território (Marx, 1981, p.98).

Deve-se compreender primeiramente a natureza dessa troca. Trata-se de uma situação eventual, na qual o produto trocado não é produzido com o objetivo da troca, isto é, como mercadoria. Nessas circunstâncias a troca é mero acidente, com o que quer se denotar não apenas sua eventualidade, mas também sua definição no sentido aristotélico: algo que ocorre ao ser mas que não o define, pois sua essência pode subsistir sem essa ocorrência. Nesse caso não existe a necessidade do dinheiro.

As circunstâncias se alteram quando o contanto que gera a troca se torna contínuo; nessa situação parte da produção interna passa a ser gerada para a troca. É nesse momento

⁶Essas definições estão dispersas em Aristóteles (2004)

⁷É preciso ressaltar que a abordagem de Marx aqui exposta se refere a gênese histórica do dinheiro, sumariada no capítulo 2 de "O Capital" e dispersa em diversos pontos de sua obra. Não se trata portanto da derivação do dinheiro a partir das características da mercadoria realizada no capítulo 1 de "O Capital".